



FUNDACAO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SAO JOAO BATISTA

Pc Deputado Walter Vicente Gomes, Nº 89, Centro · São João Batista/sc · CEP 88240000

Contato: MEIOAMBIENTE@SJBATISTA.SC.GOV.BR · 4832650195



Autorização Ambiental

11975/2025



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/97196/56438>

FUNDACAO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SAO JOAO BATISTA, com base no processo de licenciamento ambiental IND/59463 e parecer técnico nº 39703/2025, concede a presente Autorização Ambiental à atividade abaixo descrita:

Atividade Licenciável

30.90.10 - FABRICAÇÃO DE PARTES DE CALÇADO DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO EM COURO

Empreendedor

M & N Industria e Comércio de Calçados - 13738460000163

Endereço: Servidão Maria de Oliveira e Silva, nº 107, Tajuba II

CEP: 88240000

Município: SÃO JOÃO BATISTA/SC

Empreendimento

M & N INDUSTRIA DE CALÇADOS LTDA - 13738460000163

Endereço: Rua SRV Maria de Oliveira e Silva, nº SN, Tajuba II

CEP: 88240000

Município: SÃO JOÃO BATISTA/SC

Localização Georreferenciada (UTM) X 711643.0, Y 6979139.0

Inscrição imobiliária: 16464

Atividades e Portes

FABRICAÇÃO DE PARTES DE CALÇADO DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO EM COURO

Área útil geral: 0.0224 (ha)

Condições Gerais

Emissão de Autorização Ambiental para fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro (30.90.10).

Descrição do Empreendimento

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente. A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submetendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

O imóvel em análise trata-se de área urbana registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Batista sob a matrícula nº 16.464, localizado na Servidão Maria de Oliveira e Silva, nº 107, bairro Tajuba II, município de São João Batista/SC, com área total de 12.121,81 m². O bem é de propriedade do Sr. Adriano Jaison Marchi e encontra-se locado à empresa M & N Indústria de Calçados Ltda., conforme contrato de locação vigente.

De acordo com a Resolução CONSEMA nº 251/2024, item 30 (Indústrias Diversas), a atividade exercida pela empresa refere-se à fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto couro (código 30.90.10), sendo enquadrada como indústria de porte mínimo e de pequeno potencial poluidor.

O processo produtivo do empreendimento inicia-se com o recebimento do material proveniente diretamente da fábrica, já previamente separado para as etapas subsequentes. A primeira fase consiste no corte das solas em material Couroplac, utilizando máquina do tipo *balancim*. Algumas peças recebem aplicação de salto, enquanto outras permanecem sem.

Quando aplicável, procede-se à colagem do salto às solas, seguida pela gravação da numeração (carimbo), assegurando a correta identificação do produto. Em seguida, realiza-se o acabamento lateral, que envolve operações técnicas como fresagem, lixamento, escovação e aplicação de verniz, conferindo qualidade estética e funcional ao componente.

Na fase final, denominada acabamento final, as solas com salto recebem estampa de rebaixo, enquanto todas as solas — com ou sem salto — passam pela estampa antiderrapante, garantindo melhor aderência e segurança ao usuário. Concluídas essas etapas, o produto encontra-se pronto para seguir às próximas fases da cadeia produtiva, atendendo aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

O processo de fabricação é majoritariamente manual, contando, entretanto, com apoio de máquinas para otimizar a produção. A contratante fornece previamente a quantidade de peças necessárias, cabendo ao empreendimento executar as etapas de corte, montagem da sola e, quando aplicável, fixação do salto.

Descrição e caracterização da área

A área em análise está inserida em zona urbana com zoneamento classificado como misto, atendida pelas concessionárias responsáveis pelo fornecimento de água potável e energia elétrica. Trata-se de um setor urbanizado, que abriga empreendimentos do segmento calçadista, bem como estabelecimentos comerciais.

Conforme Parecer emitido pela Defesa Civil, o imóvel não consta nos relatórios oficiais de áreas de risco. Entretanto, a partir de levantamento próprio de cotas realizado após o evento de cheia ocorrido em 2022, foram identificadas duas referências altimétricas próximas ao terreno objeto da análise. Recomenda-se a elaboração de estudo atualizado contendo a cota de enchente da área, obtida por meio de levantamento planialtimétrico, a fim de subsidiar a conclusão do parecer técnico quanto ao risco de inundação no local.

Como referência, existe levantamento realizado em 2020 com vértices altimétricos, sendo o ponto mais próximo localizado no cul-de-sac da Rua Angelina Vilvert (coordenadas 6979391.00 m S – 711672.00 m E). Além disso, no levantamento executado em 2022 foram registrados os pontos:

- **Pt134** – Coordenadas 6978995.74 m S – 711700.37 m E | Nível da água na enchente de 2022: **22,50 m**;
- **Pt135** – Coordenadas 6978994.38 m S – 711707.53 m E | Nível da via: **22,18 m**;

Ambos localizados na Rua Vicente Marcos da Silva, nº 1460, bairro Tajuba II.

Aspectos Florestais

Existência e Uso de Área de Preservação Permanente (APP): A área de intervenção encontra-se fora de APP.

Reserva Legal: A empresa encontra-se em área urbana, não sendo necessário o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Autorização de Corte de Vegetação: Não há necessidade de supressão de vegetação.

Área Verde: Não há uso de Área Verde.

Unidade de Conservação: O imóvel não está localizado em área de Unidade de Conservação nem em zona de amortecimento.

Controles ambientais

Esgotamento sanitário: Sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro.

Resíduos sólidos: Segregação de resíduos Classe I e Classe II-B com adequado destino final e os outros resíduos serão destinados ao serviço de coleta municipal.

Drenagem pluvial: Sistema construído e áreas permeáveis.

Programas ambientais

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Medidas compensatórias

Compensação pelo uso de APP: Não aplicável.

Compensação pelo Corte da Mata Atlântica: Não aplicável.

Compensação do SNUC: Não aplicável.

Análise técnica

O empreendimento apresenta capacidade produtiva estimada em 14.000 pares de solas/mês, operando com quadro funcional de cinco colaboradores diretamente envolvidos no processo fabril. O horário de funcionamento está organizado em dois turnos: matutino, das 07h00 às 11h18, e vespertino, das 13h00 às 17h30.

O ciclo produtivo é composto por sete etapas principais, a saber:

- Etapa 1: Recebimento de materiais: Os materiais chegam diretamente da fábrica fornecedora, já separados conforme a demanda de produção.
- Etapa 2: Corte da sola (Couroplac): Utilizando o balancim, são realizados os cortes das solas. Algumas peças recebem salto, outras permanecem planas.
- Etapa 3: Colagem do salto: Quando aplicável, realiza-se a colagem do salto com uso de cola apropriada.
- Etapa 4: Carimbo de numeração: As peças passam pela carimbadeira, onde recebem a numeração para correta identificação.
- Etapa 5: Acabamento lateral: Com auxílio de equipamentos como fresas, lixadeiras e escovas, realiza-se o acabamento lateral, seguido da aplicação de verniz para finalização estética e proteção.
- Etapa 6: Acabamento final: Nesta etapa, as solas com salto recebem estampa de rebaixo, enquanto todas as peças, independentemente do modelo, recebem a estampa antiderrapante, proporcionando melhor aderência.
- Etapa 7: Armazenamento e destinação: Após o acabamento, os produtos são organizados e encaminhados para as próximas etapas da cadeia produtiva, conforme solicitado pela empresa contratante.

Para a execução dessas atividades, o empreendimento dispõe de esteira transportadora, três fresas, cinco lixadeiras, um balancim, uma carimbadeira, uma rebaixadeira, uma cabine de pintura, uma estampadeira e uma máquina de passar cola. As

matérias-primas empregadas incluem Couroplac, TR (salto e sola), micro (salto e sola), cola amarela, cola PVC, alogem, solvente e verniz.

Resíduos sólidos:

- Recortes de Couroplac: Resíduo proveniente do corte de solas.
- Sobra de Cola: Resíduo das bordas.
- Latas de Cola: Latas vazias produzidas após a utilização completa.
- Estopa: Resíduo proveniente da limpeza das máquinas.
- Pó de fresa: Resíduo produzido pela fresa do solado.
- Pó de lixadeira: Resíduo da lixadeira.
- Papelão: Resíduo proveniente das caixas recebidas com material.
- Embalagens plásticas: Resíduo proveniente de embalagens envolto dos materiais
- Resíduos de Varrição: Resíduo produzido após a varrição e limpeza do empreendimento.
- Resíduos do Banheiro: Resíduos provenientes da utilização do banheiro.

A empresa responsável pelo transporte é a Transportes Dell'Agnolo LTDA ME a qual encaminha os resíduos para a Veolia.

Foi apresentado o Atestado de Funcionamento do CBMSC com validade em 19/03/2026.

Apresentou-se uma Nota Fiscal datada em 29/05/2025 da Limpeza da Fossa da empresa.

Além disso, foi apresentado um Parecer Técnico nº 03/2025 alegando a Declaração sobre inexistência de coleta de esgoto sanitário, fornecimento de água e coleta de resíduos sólidos.

Responsável Técnico pelo Projeto e Licenciamento Ambiental

Engenheiro Civil: Rolion Grey Clemes (CREA/SC 052040-7) - ART nº 5880733-0

- Estrutura de concreto armado
- Rede Hidrossanitária
- Verificação final de instalações elétricas em baixa tensão - item 7 da NBR5410
- Sistema Preventivo de Incêndio - Conjunto de Extintores
- Sistema Preventivo de Incêndio - Iluminação de Emergência
- Sistema Preventivo de Incêndio - Saídas de Emergência
- Sistema Preventivo de Incêndio - Sinalização de Emergência
- Edificação de Alvenaria Para Fins Comerciais

Bióloga: Joana Zunino (CRBio 053082/09) - ART nº 02559/2025

- Confecção Do Plano De Gerenciamento De Resíduos Sólidos Da Empresa Para Emissão De Autorização Ambiental A Ser Emitida Pela Fundação Municipal Do Meio Ambiente De São João Batista - Fumab, Acompanhamento Técnico Durante A Vigência Da Autorização Ambiental E Responsabilidade Técnica Pelos Relatórios E Inventários De Resíduo Sólidos Neste Período.

Condições específicas

1. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL:

- 1.1. Legislação Federal, Estadual e Municipal quanto ao uso e ocupação do solo, devem ser respeitadas;
- 1.2. Deverá ser respeitada a Lei Federal 12.651/2012 - Código Florestal;
- 1.3. As emissões atmosféricas e níveis de pressão sonora, ruídos e vibrações, na área do empreendimento, provenientes dos maquinários não deverão causar transtornos a terceiros, devendo estar dentro dos Valores Máximos Permitidos - VMP, estabelecidos na legislação em vigor;
- 1.4. Qualquer alteração nas informações prestadas, a FUMAB deverá ser previamente comunicada;
- 1.5. Deverão ser implantadas todas as medidas de controle ambiental para os potenciais impactos negativos;
- 1.6. Depósito de resíduos sólidos deverá ser em local apropriado;
- 1.7. Os materiais e técnicas empregadas na execução da atividade deverá estar de acordo com as normas NBRs pertinentes;
- 1.8. Em caso de acidentes paralisar a atividade e informar imediatamente os órgãos competentes;
- 1.9. Os equipamentos deverão ser operados por pessoas habilitadas;
- 1.10. A ampliação do empreendimento depende do competente licenciamento ambiental;
- 1.11. Todos os resíduos sólidos gerados devem ser destinados/comercializados somente com empresas portadoras de Licença Ambiental de Operação devidamente válida;
- 1.12. Apresentar anualmente: Inventário de resíduos sólidos e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) atualizado em atendimento à Resolução CONAMA 313/02;**
- 1.13. Adotar as ações do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aprovado no âmbito do licenciamento ambiental, mantendo os registros de acompanhamento da eficiência e treinamento dos agentes envolvidos na unidade para eventual consulta;
- 1.14. O armazenamento temporário de resíduos perigosos (classe I) não poderá ultrapassar o período máximo de 120 (cento e vinte) dias e para os resíduos não perigosos (classe IIA e IIB) o período máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua geração (Lei Estadual n.º 15.251/2010);
- 1.15. A empresa deverá manter à disposição da fiscalização da FUMAB os comprovantes de destinação final dos resíduos gerados até emissão da nova licença;
- 1.16. Apresentar comprovante de limpeza do sistema de tratamento dos esgotos sanitários fornecido por empresas com licença ambiental de operação válida para esta finalidade, durante a vigência desta Autorização Ambiental;**
- 1.17. Respeitar os padrões ambientais para lançamento de efluentes líquidos e atmosféricos estabelecidos nas Resoluções do CONAMA e na Lei Estadual 14.675/2009 e na Norma Brasileira ABNT/NBR 13.969/97 (para os efluentes sanitários);
- 1.18. Apresentar anualmente: ART ou AFT do responsável pelo monitoramento dos controles ambientais do empreendimento.**
- 1.19. Apresentar anualmente: Manifesto de Transporte de Resíduo (MTR) e Certificado de Destinação Final (CDF).**
- 1.20. Instalar sistema para coleta de água de chuva para usos diversos (Lei nº 14.675/09, art. 218º).**

2. CONDICIONANTES PARA A RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL:

- 2.1. Cópia do atestado de vistoria e aprovação do Corpo de Bombeiros, vigente;
- 2.2. Relatório técnico com comprovação das condicionantes, contendo o Plano Gerenciamento dos Resíduos Sólidos elaborado por técnico responsável com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- 2.3. De acordo com o artigo 18, Inciso III, Parágrafo 4º da Resolução CONAMA nº 237/97, a renovação da Autorização Ambiental deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental; e
- 2.4. Apresentar contrato de resíduos vigente, juntamente com a Autorização Ambiental (AUA) das empresas transportadoras e destinadora;
- 2.5. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico ou modificações nas condições ambientais.

Conclusão

Com base na documentação apresentada e constante do processo administrativo IND/59463, o entendimento do corpo técnico da Fundação Municipal do Meio Ambiental de São João Batista é pelo da emissão da **DEFERIMENTO** da Autorização Ambiental, por um prazo de 48 meses à empresa M & N, para a atividade de fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto couro (código 30.90.10) desde que cumpridas as condicionantes da Licença, sob pena de suspensão da mesma.

Reitera-se que essa licença ampara única e exclusivamente a atividade requerida de operação de Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto couro.

É vedada a supressão vegetal nativa, reconformação do terreno ou quaisquer intervenções em área de APP sem autorizações específicas. Em suma, cumpre ressaltar que os Pareceres, Inventários e Estudos apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e dos técnicos que o assessoram.

Documentos que fundamentam o parecer

Legislação vigente e documentação apresentada no processo administrativo nº IND/59463;

Resolução CONSEMA 251/2024;

Instrução Normativa IN nº 04, última atualização: 02/2020.

Equipe técnica

Engenheira Sanitarista e Ambiental: Larissa Izabel Duarte.

Biólogo: Gustavo Felipe Dell Antonio Flores.

Local e data

São João Batista, 26 de novembro de 2025.

Documentos em Anexo

Nada consta.

Condições de Validade

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a este órgão licenciador sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Prazo de Validade

A presente licença é **válida por 48 meses** a partir da assinatura e observadas as condições deste documento.

SÃO JOÃO BATISTA, 28 de novembro de 2025

Dyanna Karla Laus Valle Miliorini

Diretora Executiva